

VOZES XERENTE: GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA MULHER AKWĒ

*Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem(UFS)¹
Maria Helena Santana Cruz(UFS)²*

Resumo: Grande parte dos estudos hoje disponíveis, que abordam a relação entre gênero, identidade e cultura, refere-se às sociedades urbanizadas. Grupos que se caracterizam por outro tipo de organização e contexto de vida, como os indígenas, permanecem praticamente fora do escopo das investigações. Nesse sentido, este artigo se ocupa de uma análise ainda que preliminar das relações de gênero na comunidade indígena Xerente do Estado do Tocantins. Busca contribuir para reverter o cenário acima delineado, investigando como as mulheres da comunidade indígena Xerente posicionam-se sobre a construção da sua identidade e da sua condição feminina, através da narrativa de professoras pertencentes à referida comunidade.

Palavras - chave: relações de gênero, etnia Xerente, identidade.

Abstract: Great part of the studies nowadays, whose focus is on the relation between genre, culture and identity refers to urbanized societies. Groups that are characterized by another kind of organization and life context, such as indigenous, continue to be out of the scope of investigation. On this hand, this article seeks to analyzing, preliminarily, the genre relations into Xerente indigenous community in the State of Tocantins, Brazil. It aims at contributing to reverse the scenery previously mentioned, investigating how the female Xerente indigenous takes their position when it comes to building their own identity and female condition, through the teacher narratives of the former community.

Keywords: genre relations, Xerente ethnicity, identity

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo propõe-se a analisar sob a perspectiva de gênero, as relações sociais e a construção da identidade de mulheres indígenas da etnia Xerente do Tocantins. Procura-se através dos estudos etnológicos, apresentar uma discussão sobre a cultura indígena Xerente e seu modo de vida, analisando como são construídas as identidades e conseqüentemente, as relações de gênero a partir das experiências narradas por algumas mulheres indígenas desta etnia residentes no Tocantins.

¹ Pedagoga e Mestranda em Educação (NPGED/UFS, integrante do grupo de pesquisa do CNPQ : Educação, Formação, Processo de trabalho e Relações de Gênero (UFS). E-mail: msfsantos@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Professora Associada do Departamento de Serviço Social e dos Doutorados e Mestrados em Educação da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do NEPIMG/ SE - Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero na mesma Universidade; helenacruz@uol.com.br.

Acredita-se ainda que as reflexões apresentadas ao longo desse trabalho podem contribuir para o atual debate acerca das relações de gênero no espaço do cotidiano indígena cujo discurso dominante sobre as relações de gênero é o da existência de igualdade e neutralidade de gênero

A ETNIA XERENTE A PARTIR DAS VOZES ETNOGRÁFICAS

Os Xerente são uma das várias etnias indígenas do Brasil Central. Localizam-se entre o Rio Tocantins e o Rio Sono, próximos às cidades de Tocantínia e Miracema do Tocantins. Essa comunidade se distribui em duas áreas de demarcação indígenas, chamadas de Reserva Xerente e Reserva Funil, a 70 km ao norte de Palmas, capital do Tocantins. As cidades de Tocantínia, localizada entre as duas áreas, e a de Miracema, situada na outra margem do Rio Tocantins, tornaram-se ao longo do século XX, palco de tensões entre a população local não índia e os Xerente.

O Estado do Tocantins possui uma população de 1.243.627 habitantes, dentre os quais, de acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a população indígena é de aproximadamente 9.000 mil índios, distribuídos em sete etnias indígenas, sendo os Karajá, Javaé, Karajá/Xambioá, Xerente, Krahô, Apinayé e Krahô/Kanela.

Os índios da etnia Xerente são 2.857 pessoas, das quais 1.443 pertencem ao sexo masculino, e 1.414 ao sexo feminino. Estão distribuídas em 69 aldeias e localizam-se entre o Rio Tocantins e o Rio Sono, em uma região próxima às pequenas cidades de Tocantínia e Miracema, antes pertencentes ao Estado de Goiás e desde 1989, ao Estado do Tocantins.

A sociedade Xerente é perpassada por figuras duais que cingem todos os aspectos de sua socialidade: metades exogâmicas e cerimoniais, associações de idade, narrativas míticas, facções clânicas e cosmologia. O grupo está dividido em duas Metades exogâmicas e interdependentes e cinco Clãs patrilineares, que segundo Farias (1990, p.74) “a partir da filiação às metades exogâmicas e, conseqüentemente, aos seus respectivos Clãs patrilineares, os Xerente constroem a base de sua sociedade”. Além das metades, existem ainda as Classes de Idade, ligadas às relações cerimoniais. Neste processo, a Organização Social ocorre da seguinte forma: o masculino está ligado à Metade/Clã e o feminino à Classe de idade/Metade cerimonial. Diante disso, segundo Farias,

Podemos encontrar nesses arranjos uma forma de operação da oposição, público x privado, cerimonial x doméstico. O mundo masculino encarrega-se de apresentar o todo, completo e unificado. O mundo feminino, onde são determinantes as relações privadas, domésticas, encarrega-se de dar uma contribuição parcelar dessa mesma unidade. (FARIAS, 1990, p.101).

Outro fator importante de análise dessa relação está registrado no ritual de nomeação, visto que na nomeação masculina, os Xerente promovem deslocamentos e reuniões de grupos de aldeias que durante o ritual, recompõem - se como uma só aldeia. Já no ritual de nomeação feminina, apenas alguns segmentos dos grupos das aldeias, em função do princípio de pertencimento às classes de idade, é que se locomovem.

Portanto, tem-se o seguinte esquema: Público- Homem- Nomeação Masculina, e Privado - Mulher- Nomeação Feminina. Neste processo organizativo, observa - se o paralelo entre a nomeação masculina e feminina, sendo que os dois processos pertencem a duas Metades Patrilineares. No entanto, segundo os etnógrafos existe uma diferenciação. No caso do nome feminino, o princípio de patrilinearidade dá-se pela negativa, ou seja, uma menina recebe um nome de uma classe de idade que não seja a do seu pai. No caso do nome masculino, o princípio de patrilinearidade dá-se positivamente uma vez que o menino recebe um nome que deve ser do mesmo clã de seu pai.

Hoje, a maior parte dos Xerente fala o português, além da língua nativa akwê, o que os caracterizam como um grupo bilíngüe. A exceção é feita apenas às crianças em idade pré-escolar e algumas mulheres mais idosas, que encontram dificuldades em para se expressarem em português. No convívio familiar a língua falada é sempre o akwê. O português serve apenas para comunicações triviais com aqueles que não dominam o idioma do grupo (DE MATTOS, 2005).

Entre os Xerente, a família extensa³ tem grande importância. A descendência segue uma ordem patrilinear, sendo o pai o proprietário de toda a prole e também da esposa. A regra de residência é uxorilocal: o genro mora na aldeia (ou no segmento residencial) do sogro. Geralmente, os Xerente não costumam fazer restrições a casamentos interétnicos realizados entre índios e mulheres não - índias, mas desaprovam explicitamente o matrimônio de mulheres Xerente com não-índios.

³ "A família constituída de várias famílias se dá o nome de família extensa" (MELATI, 1993, p.77)

Entretanto, todo não índio (seja homem ou mulher) que se casa com um Xerente, logo é incorporado às redes de parentesco e aos sistemas cerimonial e político, adquirindo direitos e deveres idênticos a um membro do grupo. Quando ocorre a separação conjugal, os filhos ficam com o homem e a mulher volta a morar na casa de seus pais, a quem volta a pertencer.

Os estudos etnográficos sobre os Xerente mostram ainda que, apesar do feminino receber a nomeação através de um Sistema de Classe com um ritual específico, o nome pertence a uma Classe de idade masculina.

Nessa perspectiva, de acordo com as descrições etnográficas da cultura e tradição do povo Xerente, em que o sexo masculino e feminino desde o nascimento já pertencem a uma determinada Metade ou Classe e que existem diferenças na posição, status e função de cada uma, é possível compreender que ao feminino está reservado o espaço privado e doméstico, e ao masculino o espaço público e cerimonial.

No entanto, no processo de contato com o não índio, os Xerente abandonaram ou resignificaram, gradativamente, alguns de seus costumes cerimoniais e incorporaram hábitos e transformações da cultura brasileira. Alguns ritos sociais foram preservados ao lado de novos costumes, criando-se um misto da cultura de origem (indígena) e da cultura importada (não indígena).

Concomitante a análise etnográfica da Estrutura Social dos Xerente, põe-se em questionamento as transformações ocorridas, nas últimas décadas, na organização social e política dessa comunidade em virtude da história do contato com o não índio. Como exemplo, indica-se o rápido crescimento do número das aldeias, e, conseqüentemente, o número de liderança - em 1987, elas eram 09, atualmente um total de 69 aldeias, e o surgimento de novos papéis sociais (professores, vereadores, agentes de saúde, diretores de associação, enfermeiros, etc). Esse rápido crescimento do número de aldeias é resultado do fracionamento das antigas povoações.

Segundo Paula (2000, p.224 apud MOI, 2007, 50) esse processo de cisão entre as aldeias Xerente ganhou uma velocidade nunca vista em sua história a partir da década de 1989, e deve ser visto como uma das formas de expressão do faccionismo Xerente em nossos dias. Para tanto, pode - se afirmar que os Xerente, como as demais sociedades Jê, caracterizam-se por se expressarem-se através de práticas sociais que, de acordo com o momento histórico, expandem-se ou se retraem. Este é um movimento

pertinente à dinâmica da sociedade Xerente, “contrair e reflorescer” (FARIAS, 1990, p. 02).

Dentre outras mudanças na organização social e cultural dos Xerente, destaca-se o rápido e intenso processo de transformação das unidades habitacionais, tanto no nível da forma quanto da tecnologia, valorizando assim, os elementos da sociedade nacional.

Diante disto, coloca-se em questionamento a posição dos atores nesse processo de ressignificação e de mudança dos costumes, valores e conseqüentemente da cultura indígena, uma vez que a cultura atribui funções reais e simbólicas inerentes ao sujeito, e “é no interior dos processos e estruturas psíquicas inconscientes que esses traços são internalizados, reelaborados, ressignificados e transformados em valores e atitudes”(FAGUNDES, 2003, p.51). Portanto, o exame dos sistemas culturais contribui para identificar algumas características mais particulares dos atores sociais, tais como as representações que, como grupos ou indivíduos, fazem do seu entorno, e os padrões que utilizam em tais representações. Torna-se possível assim, desvendar o significado das relações de poder.

Neste sentido, é importante destacar que diante desse aspecto da modernidade, aparece apenas uma pequena parcela de mulheres inseridas tanto no mercado de trabalho - com um total de 10 mulheres para um total geral de 53 homens na atividade docente, quanto na atividade política - dos 10 candidatos ao cargo de vereador do Município de Tocantínia, apenas 01 era mulher. No entanto, nas atividades de pouco prestígio (merendeira, e vigia noturno e ASG) existe a predominância das mulheres, sendo que do total de 20 servidores administrativos da esfera estadual, 07 são homens e 13 são mulheres.

Ademais, mesmo diante dessa assimetria de gênero na comunidade indígena Xerente, foi observado que através dos processos de formação e de luta pelos seus direitos, as mulheres indígenas Xerente, têm conseguido adentrar os espaços ‘ditos masculinos’, como é o caso do exercício de liderança nas aldeias. Das 44 vagas para o cargo de Cacique das aldeias, 02 vagas são assumidas por mulheres, e segundo o depoimento de uma professora indígena entrevistada, esse avanço político é resultado da inserção da mulher no mercado de trabalho e na organização de associações, nos quais ocupam cargos de chefia.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO: A MULHER INDÍGENA XERENTE EM QUESTÃO

Para análise das relações de gênero e construção da identidade na comunidade indígena, é necessária a problematização das relações sociais que não são neutras. Neste sentido, apesar desse estudo estar focado nas relações entre homens e mulheres, não é possível deixar de analisar as experiências vividas pelas mulheres indígenas Xerente. Necessariamente conflituosas, as relações sociais remetem a relações de poder, e certamente, uma de suas dimensões é a relação de gênero. Desse modo, segundo Hirata (2002, p.244) “relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes”.

Para construir um conceito de identidade, é mister que se façam opções epistemológicas, metodológicas e políticas, pois existem diferentes formas de pensar sobre qualquer conceito, mas para os propósitos que se têm neste trabalho, constitui pressuposto fundamental a ideia de identidade como uma construção social, superando o conceito de identidade como uma entidade fixa e imutável, e destacando o caráter ativo do indivíduo no contexto sócio-histórico de sua via.

Nesse sentido, faz-se uma incursão pelos trabalhos de Hall (2007), Woodward (2007), Silva (2007), entre outros, que permitem a construção de saberes necessários para a compreensão do processo de constituição da identidade da pessoa humana.

Compreende-se que a identidade é um constructo tratado por várias disciplinas, inclusive pela sociologia, sendo que do ponto de vista sociológico, tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu’ real, mas este núcleo forma-se e modifica-se num diálogo contínuo com o outro e com o mundo. “A identidade, então, costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 1991, p.12). Para a Sociologia, na construção da identidade estavam presentes o que estava ocorrendo para o sujeito num dado momento, a sua história e os tensionamentos, conflitos e crises existentes no mundo.

Ainda do ponto de vista sociológico, identidade pode ser definida como:

Características distintivas do caráter de uma pessoa ou o caráter de um grupo que se relaciona com o que eles são e com o que tem sentido para eles. Algumas das principais fontes de identidade são o

gênero, a orientação sexual, a nacionalidade ou a etnicidade, e a classe social. O nome é um marcador importante da identidade individual, e dar um nome é também importante do ponto de vista da identidade do grupo. (GIDDENS, 2004, p. 694)

Depreende-se então que as índias Xerente vão construindo suas identidades de gênero, entendidas por um conjunto de traços construídos na esfera social e cultural que definem, conseqüentemente, quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de vestir, falar e agir, para homens e mulheres. Assim, pode-se afirmar que a identidade social é relacional, conjuntural, não é fixa, nem complexa. É, antes de tudo, uma construção subjetiva que o humano se vale para simbolizar o mundo e sua participação dentro deste.

Neste sentido, a identidade não é construída da mesma forma por homens e por mulheres. Cada um se apropria da realidade simbólica e sócio-cultural a partir da interpretação que faz da diferença anatômica entre os sexos. “O sexo é socialmente modelado” (SAFFIOTI, 1992, p. 189). Pode-se nascer do sexo masculino e culturalmente, tornar-se mulher. Atitudes femininas podem ser tomadas tanto por homens, quanto por mulheres.

O estudo da identidade e representações de gênero tem consolidado uma nova vertente teórica inovadora, tendo em vista que “o gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e, por meio destas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo” (CASTELLS, 1999, p. 273). Nessa linha de reflexão, é importante destacar que os estudos de gênero, inserem-se na dimensão intercultural, já que o gênero está testando o que se aproxima e o que se distancia do discurso legitimado por identidade.

Portanto, as representações das identidades de gênero são utilizadas como aglutinadoras de posições sociais entre os Xerente. Assim, estuda-se a representação da mulher, por exemplo, a partir de uma relação social, afastando-se das concepções tradicionais que pregam o fixo e o hegemônico para a identidade de gênero, pois “como relação social prática, o gênero pode ser entendido somente através de um exame detalhado dos significados de ‘masculino’ e ‘feminino’ e das conseqüências de ser atribuído a um ou outro gênero dentro de práticas concretas” (FLAX, 1999, p. 230).

Para precisarmos melhor a acepção gênero, pode-se dizer que as pessoas nascem macho ou fêmea e aprendem com os grupos sociais que convivem a se

tornarem meninos e meninas, homens e mulheres. São ensinados, no dia-a-dia, comportamentos, atitudes e relacionamentos adequados, papéis e atividades de meninas e de meninos. Esses ensinamentos são aprendidos e incorporados determinando a organização da identidade de gênero. Para tanto, “a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1999, p.13).

Entretanto, o conceito de gênero é dinâmico, podendo variar entre raças, culturas, classes, dentre outros fatores culturais. Tais comportamentos, papéis, mudam com o tempo, com as condições sócio-históricas.

Atualmente, o conceito de gênero é bastante utilizado na França, mas sua força vem dos Estados Unidos e da Inglaterra. Nasceu com o movimento feminista, em uma denúncia contra o poder e a dominação masculina. Por serem diversos, o entendimento e a utilização do conceito, recorro a Scott (1991, p. 09) que o define como “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e como uma forma primeira de significar as relações de poder”. Neste sentido, como um elemento constitutivo das relações sociais, o gênero implica quatro dimensões relacionadas entre si: símbolos, que evocam representações; conceitos normativos; concepção de política e referência às instituições e à organização social, que incluem parentesco, mercado de trabalho, educação e sistema político; e identidades subjetivas, que permitem refletir como as identidades de gênero foram construídas.

A dimensão simbólica enfatiza as representações múltiplas e contraditórias, a exemplo de Maria evocando pureza e bondade, e Eva simbolizando o pecado, o mal.

A dimensão normativa evidencia interpretações do significado dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, ou seja, conceitos que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas que trazem duplo sentido na definição do masculino e do feminino.

A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais como mecanismos que aprofundam as assimetrias entre os gêneros.

A dimensão subjetiva versa sobre as necessidades de examinar as maneiras como as identidades de gênero são construídas e relacionadas às atividades organizacionais, sociais e representações culturais historicamente situadas.

Nesta linha analítica proposta por Scott, é necessário enfatizar os conceitos de poder e de dominação que são utilizados como base para explicação da subordinação feminina. Com origem na Sociologia weberiana, a dominação patriarcal (WEBER, 1999, p.139) é a “probabilidade de encontrar obediência para ordens específica (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer poder ou influência sobre outras pessoas”.

Não se pode perder de vista que gênero diz respeito a relações de poder, considerando-se que cotidiano e poder fundamentam as análises das relações de gênero que se desenvolvem neste trabalho. Nesse sentido, a perspectiva foucaultiana permite articular o sujeito social e a organização social e integrar as análises sobre a construção das identidades de gênero na multiplicidade de processos de socialização. Assim para Foucault (1972) o poder não é possuído por alguém, mas é antes uma relação fluída que permite o uso da força e da violência – física ou simbólica -, a coerção, a persuasão a negociação e a barganha. Ele afirma que o poder é relacional, disperso, e não necessariamente exercido de cima para baixo, difundindo-se e ramificando-se em micropoderes, nos vários âmbitos em que as relações sociais se desenvolvem.

Não obstante, apesar da abordagem do patriarcado ser alvo de muitas críticas, na alegação de que ele se reduz apenas ao viés da dominação, não focalizando também a exploração, é possível observar que ela ainda está presente de maneira bastante nítida no cotidiano, nas representações, nos processos de socialização secundários, entre outros. Na comunidade indígena Xerente, isso é duplamente observado, pois além da cultura tradicional - onde o masculino é o que determina a estrutura social - a própria mulher indígena não se sente ainda como parte do processo de construção do sujeito. De sorte que, parece estar na “ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável; ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, [···]” (BOURDIEU, 1999, p.17).

Essas formas de dominação são observadas principalmente no interior das relações familiares, que segundo Bourdieu (1999), é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de salários, cabe-lhe realizar as atividades domésticas. Como de

costume, as atividades domésticas são 'atividades de mulher', o homem quase não dispõe a colaborar com a companheira. No caso dos Xerente, na relação dialógica, existem espaços próprios para cada grupo, ou seja, espaços de mulher, de homem e de criança. Quanto à divisão do trabalho, Farias (1999) aborda que no trabalho das roças de toco, ao homem cabe brocar (cortar e derrubar) e plantar. Já a mulher trabalha na coivara, juntando pedaços de pau, garranchos de mato para ajudar na limpeza e melhor aproveitar a queimada. Já na colheita, a atividade é realizada tanto pelo homem quanto pela mulher.

Corroborando com essa observação de Farias, o depoimento de uma professora indígena Xerente reafirma que ao homem Xerente, estão reservadas as atividades de maior prestígio, que necessitam de força física e a administração dos recursos financeiros, já para mulher, estão reservadas as atividades domésticas, a confecção e venda do artesanato e ainda o trabalho no espaço público⁴:

Existe diferença entre a atividade do homem e da mulher, como por exemplo, pescar, plantar é do homem, na colheita e no plantio de mandioca, de inhame, de milho é a mulher. Mais eu acho que o homem faz pouca coisa (risos). O artesanato quem faz é a mulher e na hora do prezu[dinheiro] pega e embolsa, ele é quem compra o café, o açúcar [...] (professora indígena)

Essa dupla jornada, segundo Cruz (2008, p.257) "constitui a marca de uma sociedade onde a mulher ganhou espaço no mercado, mas não conseguiu fugir do machismo, de que só ela tem o dever de lavar, passar e cozinhar". No caso da etnia Xerente, após a história do contato com o não índio e a necessidade de sobrevivência, a mulher está sendo empurrada para o mercado de trabalho, que segundo elas, é o passaporte para participação e autonomia. No entanto isso não é condição suficiente para a superação das assimetrias de gênero, ou seja, não lhes garante o empoderamento - visto como a criação de possibilidades para uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Além disso, a divisão sexual está presente, nas mais distintas formas de expressão, nos objetos, na organização do espaço e do tempo, nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, enfim, em todas as práticas, encontrando-se em estado objetivado,

⁴É definido pelo trabalho identificado apenas com o trabalho assalariado, com o foco na vida pública dos homens (CRUZ, 2005).

funcionando “como princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1995, p.138).

A subordinação da mulher ao homem, contudo, não existe tão somente no terreno político. Ela é marcante no campo econômico. Para tanto, a presença da mulher é relativamente muito maior que a masculina nas atividades não estruturadas segundo o modelo capitalista, no segmento comumente conhecido como mercado informal. Trata-se de setores de atividades que os capitalistas não tiveram interesse em explorar, isto porque o capital busca os ramos mais rentáveis da economia. Assim, quase todo o setor do emprego doméstico está ocupado por mulheres, que na grande maioria, estão à margem da legislação trabalhista.

Ainda hoje, pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres indígenas não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.

Isto posto, conclui-se que o patriarcado não se resume apenas a um sistema de dominação, mas também de exploração, de preconceito e discriminação.

Compreender gênero como uma forma de significar as relações de poder, possibilita entender como a política constrói o gênero e este constrói a política, e, também como as relações de gênero delineiam as relações sociais ao mesmo tempo em que estas edificam o próprio gênero e a própria política.

Nesta posição, a suposta oposição entre homens e mulheres passa a ser problematizada, contextualmente definida, repetidamente construída e não mais unívoca e pré-determinada naturalmente. Com isso, abandona-se a idéia de uma causa ou origem única e universal para a dominação masculina, enfatizando a complexidade e a heterogeneidade das relações sociais.

O cotidiano da comunidade indígena Xerente é formado pela dominação de gênero. Em meio as atividades mais triviais, a situação privilegiada do homem aparece como algo natural. Compreende-se então, que as relações sociais entre homens e mulheres são atravessadas pelo poder; homens e mulheres são classificados pelo gênero e separados por duas categorias: uma dominante e outra dominada. As relações

de poder constroem e legitimam as diferenças desvantajosas para as mulheres com base na sexualidade, que é, portanto, o ponto de apoio da desigualdade de gênero.

Nesse sentido, reivindica-se o empoderamento, particularmente neste estudo, o empoderamento de mulheres indígenas, considerando o processo mediante o qual as relações desiguais de poder se transformam a favor das mulheres, através da obtenção de poder interno para expressar e defender seus direitos, obter maior confiança nelas mesmas, fortalecer a identidade pessoal, a auto-estima, o controle sobre suas próprias vidas, sobre as relações pessoais e sociais. Esse processo varia em grau ao longo do tempo nas sociedades e dentro de uma sociedade em particular, de acordo com as circunstâncias nelas existentes. Por exemplo, sabe-se que mulheres jovens e adultas têm sempre menos poder que homens jovens e adultos, tanto na esfera privada como na esfera pública.

A esse respeito, na perspectiva de uma rede de interações, Fridemann (1996) destaca três pilares do empoderamento: social, psicológico e político, constituindo uma tríade intermitente. O empoderamento social compreende o acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações sociais e aos recursos financeiros; o empoderamento psicológico refere-se à percepção da força individual, manifestando-se em um comportamento autoconfiante, e o empoderamento político que se expressam no processo de tomada de decisão, na apropriação do poder da voz e da ação coletiva.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES HOMEM-MULHER: A VOZ FEMININA

Tradicionalmente, um elemento comum a todas as etnias indígenas e particularmente no Estado do Tocantins é a atribuição do 'privado' relacionado ao feminino, cabendo à mulher as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, e mesmo quando participam ativamente de atividades no espaço público, como é o caso das índias Xerente, essa função não é tida como um elemento de equidade em relação ao masculino. No que diz respeito ao 'público', cabe ao homem assumir papéis de liderança, de decisão e de assuntos políticos. Assim, o poder em âmbito político cabe ao homem, e no ambiente doméstico cabe à mulher. Essa dicotomia entre público e privado permeia as relações sociais de gênero entre as culturas humanas, independente da posição social que cada um dos sexos ocupa.

As mudanças nas relações socioeconômicas transformaram a dinâmica social Xerente em uma velocidade que os homens, em sua maioria, não foram capazes de acompanhar, o que tem levado a uma ressignificação das relações de gênero dentro do grupo. Paulatinamente, as mulheres começam a assumir o sustento financeiro da casa. Em sua maioria, parecem ainda reconhecer como correta a submissão a seus maridos, sua condição e a dos filhos de propriedade do cônjuge/varão. Por outro lado, elas estão divididas entre o que é representado pela sua cultura e as mudanças ocorridas com a sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, à medida que novas demandas sociais emergiram (como prover do sustento dos filhos e do próprio marido) exige -se delas novos posicionamentos como mulheres e como sujeitos sociais.

Mulher indígena Xerente é aquela que sabe respeitar, sabe falar na hora certa, sabe ouvir, sabe educar os filhos, entrar com sua parcela de contribuição em todos os aspectos né, embora ela seja muito reservada, por mais que nós estamos conseguindo espaço no mercado de trabalho, nas reuniões, ainda falamos pouco porque na nossa cultura o homem é quem fala né. Não dão muita oportunidade, mas agente vem conquistando nosso espaço e a gente tem essa brechinha pra colocar nossas idéias e se preparando mesmo, a partir do momento que o mercado de trabalho se abre as portas pra nós, temos mostrado que domina aquele assunto e é assim que eles estão acreditando na gente. (professora indígena).

Neste depoimento evidencia ainda a transmissão de 'modelos' de homem e de mulher, construídos culturalmente através dos estereótipos de gênero, resultando assim, na introjeção dos diferentes papéis do sexo feminino e do sexo masculino. Ademais, em consequência das percepções sobre o masculino e o feminino e da forma como as mulheres são educadas e socializadas, submetem a um aprendizado de virtudes, de abnegação e resignação, conforme a representação dominante.

Questionou-se ainda: O que você pensa da falta de participação da mulher indígena Xerente nos espaços públicos?

Ficamos divididas entre a nossa cultura e a necessidade da mulher participar depois da entrada da cultura do branco nas nossas aldeias. Primeiro porque cultura é costume, é tradição. Às vezes é bom ficar sentada esperando o homem falar, mais ao mesmo tempo é bom ter o nosso momento [...] mas nós estamos lutando pelo "nosso" povo, não só pelas mulheres, mas pelo povo, porque ser índio é um povo só, só difere as etnias. (professora indígena).

Neste depoimento é notória a definição do que é ser mulher, na medida em que se firma na primeira pessoa do plural, o 'nós', ou seja, uma representação identitária que se reforça na posição de grupo. Aparentemente parecem não perceberem que são únicas, individuais, e, sobretudo, agentes da própria história.

Apesar de continuarem presentes nas relações sociais o traço da assimetria de gênero, vale enfatizar que a mulher indígena Xerente tem construído uma nova história sobre sua vida cotidiana.

“Hoje já conseguimos falar nas reuniões de cacique e eles já preferem as mulheres para darem aula, porque as mulheres são mais comprometidas”. (professora indígena).

Embora não se esteja abordando sobre o trabalho realizado em indústria, esse depoimento presentifica o que Cruz (2005) teoriza sobre a transposição das habilidades adquiridas pelas mulheres do espaço doméstico para o espaço público, ou seja, atributos femininos, como coordenação motora, capacidade de concentração, habilidade manual, etc.

Ao mesmo tempo em que passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro - como o direito territorial; o direito à saúde; o direito à educação escolar adequada -, as mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações. Elas enriquecem o debate, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres. Nessa arena política, explicitam igualmente um conjunto de restrições ao processo organizativo: suas dificuldades em participar de formas de organização e decisão e dos encontros, que são decorrentes da resistência das próprias comunidades, das lideranças masculinas, do Estado e da sociedade não indígena, e também da falta de recursos, capacitação e experiência organizativa.

Foi questionado ainda o porquê do número de mulheres serem inferior ao número de homens na função docente.

A mulher antes era só para cuidar dos filhos e colocar filho no mundo e ainda há um machismo do homem, ele acha que manda, ou seja, só ele é capaz, são poucos os que acreditam que a mulher é capaz de fazer um bom trabalho, tanto é que a comunidade prefere as mulheres para dar aula. Mas a mulher vem conquistando seu espaço, aos poucos. (professora indígena).

Diante disto, já é perceptível o confronto entre as experiências da mulher indígena do passado com as experiências da mulher indígena da atualidade. É possível falar de um novo tipo de Mulher, como também de um novo tipo de Homem. Tanto a mulher, quanto o homem se apropriam da realidade simbólica e sócio-cultural de forma diferente. Assim, o meio social fornece e imprime significados diferentes para o comportamento de mulheres e homens que vão sendo introjetados e assumidos como naturais e pertencentes a um ou outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira passou por significativas transformações de ordem social, econômica e demográfica nas últimas duas décadas. A expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização marcaram um momento de crescimento econômico, consolidando sua industrialização e modernizando o aparato produtivo.

Para as mulheres, a saída da esfera doméstica, junto às propostas de um ensino voltado para a formação específica da habilitação profissional, provocou transformações na organização da família e na realização das atividades domésticas necessárias à reprodução cotidiana, implicando na crescente liberação para a esfera pública, na qual se inclui o mercado de trabalho.

Esse significativo aumento da atividade das mulheres - uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 1970 - teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado em conjunturas específicas, mas também em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no Brasil, e, que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A expansão da escolaridade e a entrada nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho

Nas sociedades primitivas, neste caso os indígenas Xerente, são factíveis as transformações nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e principalmente culturais após a história de contato com o não - índio. O contato gerou para o povo Xerente, demandas e desejos antes inexistentes. A transformação da relação entre a necessidade e o consumo, o significado social da educação como estratégia de se buscar um futuro

melhor, as concepções emergentes sobre namoro e casamento, as mudanças nas relações entre homens e mulheres, entre outros elementos, penetram o universo Xerente, fazendo-os repensar seu lugar social.

Entre os efeitos das novas condições de vida dentro das aldeias está o questionamento do papel do homem na esfera pública. As mulheres passaram recentemente a ocupar algumas posições sociais que antes eram destinadas apenas aos homens. Essas transformações repercutiram simbólica e concretamente na forma como a aldeia se organiza hoje. Assim, é lícito dizer que tanto as relações com os bens de consumo como o contato com outros grupos sociais, são importantes aspectos de transição cultural, representando entre os Xerente, marcadores da relação entre a cultura de origem e a cultura importada.

Portanto, é possível compreender como são construídas as identidades da mulher Xerente. Ao se remeterem ao passado histórico e ao tempo presente, as mulheres procuram construir suas identidades e posicionamentos como mulher. Transitam entre os papéis tradicionais de gênero e as novas inserções do feminino (maior escolarização, urbanização e liderança social); entre os valores arraigados na cultura de origem e os novos valores ditados pelos contextos sociais em que passam a se inserir. Assim, elas compõem novas possibilidades de posicionamentos que, embora sejam influenciadas pela cultura de origem e pela cultura do não índio, vão além delas, às vezes, significando-as, às vezes, unindo-as ou as negando-as ao longo do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Delumará, 1994.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p.1-14, 2002. Disponível em: [http:// www.scielo.br/scielo.php?pid](http://www.scielo.br/scielo.php?pid). Acesso em: 06/10/2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.154p
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel (Orgs). Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. Campinas: Papirus, 1998.27p
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003b.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.311p
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BOUDON, Raymond; **BARRICAUD**, François. Violência. In: BOUDON, Raymond; BARRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernização**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005, 390p.

CRUZ, Maria Helena Santana (Org). **Múltiplos Enfoques e Espaços Plurais da Pesquisa no Campo da Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6a ed. São Paulo: Ática, 1995.

DE MATTOS, Rinaldo. **Língua e cultura Xerente: coletânea de artigos e descrições sobre a língua e a cultura do povo akwê Xerente do Tocantins**. Miracema do To, 2005. Texto não publicado.

FAGUNDES, T. C. P.(Org) **Identidade feminina: uma construção histórico- cultural**. In: Ensaios sobre identidade e Gênero. Salvador: Editora Helvécia, 2003 p. 63- 89.

FARIAS, Agenor T.P. **Fluxos Sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre as aldeias**. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP. 1990.

FLAX, Jane. **Pós-modernismo e relações de gênero na teórica feminista**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FRIDEMANN, John. **Empowerment Uma Política de Desenvolvimento Alternativo**. Oeiras: Celta Editora, 1996.

FOUCAULT, Michael. **O olho no poder**. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Gaal, 1972

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002, 335p.

MOI, Flávia Prado. **Os Xerente: um enfoque etnoarqueológico**. São Paulo; Porto Seguro: Annablume: ACERVO, 2007.

PAULA, Luis Roberto de. **Dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sóciopolíticos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao FFLCH/USP. 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1992.

SIFUENTES, Thirza Reis. **Mulheres Indígenas Xerentes: Narrativas Culturais e construção dialógica da identidade**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia/UNB. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: editora UNB, 1999.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-72.